

Diário do Legislativo de 17/03/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 252ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA 252ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/3/98

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Cleuber Carneiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97; chamada de votação nominal; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para discussão - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 716/96 e 1.145/97; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.212/97; discurso do Deputado Gilmar Machado; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 557/95, 1.169, 1.454 e 1.336/97, em virtude de sua apreciação na reunião ordinária de hoje à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, em que se solicita inversão da pauta de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96 seja apreciada em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo eletrônico, de conformidade com o art. 260, I, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim"; os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Ainda lembra ao Plenário que, nos termos do art. 201 do Regimento Interno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97 será aprovada se obtiver no mínimo 48 votos favoráveis. A Presidência solicita que os Deputados ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 16 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para votação, motivo pelo qual esta Presidência a torna sem efeito e determina seja feita a chamada para recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 36 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para a votação, mas o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.145/97, do Deputado Wilson Pires, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina Primeiros Socorros. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.212/97, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina o afastamento remunerado de servidores públicos candidatos a cargos eletivos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Para discutir, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, gostaríamos, na discussão desse projeto da ilustre Deputada Maria José Haueisen, de solicitar o empenho de todos os Deputados por sua aprovação. Como hoje não temos condições, gostaríamos de amanhã, durante a reunião, votar essa matéria, que é de extrema importância para todos nós. É o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. A Presidência informa ao Plenário que, durante o tríduo do 2º turno, foram apresentados à Proposta um substitutivo, do Deputado Bilac Pinto e outros, que recebeu o nº 1, e uma emenda, do Deputado Paulo Piau e outros, que recebeu o nº 1. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que persiste a falta de número regimental para a votação das matérias constantes na pauta e encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 11, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 91ª REUNIÃO Ordinária da comissão de constituição e justiça

Às onze horas do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Ermano Batista, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Marcos Helênio, João Batista de Oliveira e Paulo Piau (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara abertos os trabalhos, informa que esta reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Antônio Genaro que proceda à leitura da ata da reunião anterior. A Presidência dispensa sua leitura, atendendo a requerimento aprovado pela Comissão, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. A Presidência acusa o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 1.479, de 23/12/97, do Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhando sugestão de emenda à Constituição Estadual proposta pela Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais; ofício datado de 7/1/98, da Associação dos Juizes de Paz do Estado de Minas Gerais, solicitando a rejeição do Projeto de Lei nº 1.551/97, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em tramitação nesta Casa, conforme exposição de motivos; abaixo-assinado dos funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda, lotados no Município de Congonhas, solicitando apoio e aprovação ao Projeto de Lei nº 1.214/97, em tramitação nesta Casa. Passa-se à fase de designação de relatores. A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições e designa os relatores a seguir citados: os Projetos de Lei nºs 1.577, 1.579, 1.580, 1.582 e 1.583/97, 1.594, 1.595, 1.598, 1.599, 1.606, 1.607 e 1.613/98 (relator: Deputado Antônio Genaro); o Projeto de Lei Complementar nº 28/97 e os Projetos de Lei nºs 1.576 e 1.593/97, 1.611 e 1.612/98 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.590 e 1.592/97, 1.597, 1.600 e 1.610/98 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.573, 1.574, 1.575 e 1.578/97 e 1.614/98 (relator: Deputado João Batista de Oliveira); 1.585 a 1.589 e 1.591/97; 1.596, 1.604, 1.605 e 1.615/98 (relator: Deputado Marcos Helênio); o Ofício nº 25/97, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e os Projetos de Lei nºs 1.581 e 1.584/97, 1.601 a 1.603, 1.608 e 1.609/98 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Os Projetos de

Lei nºs 1.470 e 1.565/97 foram retirados da pauta, respectivamente, a requerimento do Deputado Paulo Piau e por determinação da Presidência, em cumprimento de dispositivo regimental. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.473/97 (relator: redistribuído ao Deputado Paulo Piau) e 1.543/97 (relator: redistribuído ao Deputado Marcos Helênio). Os Projetos de Lei nºs 1.494 e 1.525/97 tiveram sua discussão adiada em virtude de pedidos de vista deferidos pela Presidência. O Projeto de Lei nº 1515/97 teve sua apreciação adiada em virtude de pedido de prazo solicitado pelo relator. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.138, 1.391, 1.563 e 1.566/97 (relator: redistribuídos ao Deputado Paulo Piau); 1.312, 1.455, 1.468, 1.513, 1.521, 1.553 com a Emenda nº 1; 1.559, 1.560 e 1.567/97 (relator: redistribuídos ao Deputado Marcos Helênio); 1.376 com a Emenda nº 1; 1.536, 1.537, 1.539, 1.557 e 1.562 com a Emenda nº 1; 1.542 e 1.568/97 (relator: Deputado Antônio Genaro); 1.490, 1.506, 1507, este com a Emenda nº 1; 1.508, 1.510 e 1.529/97 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.504, 1.505, 1.520, este com a Emenda nº 1; 1.531 e 1.534/97 (relator: Deputado João Batista de Oliveira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 1998.

Hely Tarquínio, Presidente - Antônio Júlio - Antônio Genaro - Marcos Helênio - Sebastião Costa.

ATA DA 114ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas do dia dez de março de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo, Sebastião Helvécio, Mauri Torres e Kemil Kumaira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Antônio Roberto, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Durval Ângelo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a apreciar a matéria constante na pauta. Após, determina sejam distribuídas as cédulas de votação e designa o Deputado Mauri Torres para atuar como escrutinador. Recolhidas as cédulas e apurados os votos, são eleitos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Kemil Kumaira e Sebastião Helvécio, ambos com seis votos. Logo após, o Deputado Antônio Roberto empossa o Presidente eleito, Deputado Kemil Kumaira, a quem passa a direção dos trabalhos. Assumindo, o Presidente agradece a confiança nele depositada, empossa o Vice-Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, e passa à distribuição das matérias. O Presidente designa o Deputado Sebastião Navarro Vieira para relatar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.473/97 e o Deputado Durval Ângelo para relatar o Projeto de Lei nº 1.512/97, no 2º turno. Redistribui ao Deputado Sebastião Helvécio o Projeto de Lei nº 1.290/97; ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Projeto de Lei nº 1.397/97; e ao Deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei nº 1.398/97. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Sebastião Helvécio emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.290/97 no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Quanto ao Projeto de Lei nº 1.301/97, o relator, Deputado Antônio Roberto, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta. Na fase de discussão, o Deputado Durval Ângelo solicita vista da matéria, e seu pedido é deferido pelo Presidente. A seguir, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. A Presidência submete a votação o Requerimento nº 2.413/97, do Deputado Luiz Fernando Faria. A proposição é aprovada por unanimidade. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente procede à leitura de requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a de Administração Pública, para apreciar o Projeto de Lei nº 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. Posto em votação, é o requerimento aprovado. Logo após, o Presidente transfere a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, para apresentar matéria de sua autoria. Submete a votação a minuta da deliberação de subvenções sociais, auxílios sociais, auxílio para despesas de capital e transferência a municípios para o exercício de 1997, com recursos consignados no orçamento da Assembléia. O Deputado Durval Ângelo faz uso da palavra e solicita prazo para analisar a deliberação, o que é concedido pelo Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente - Sebastião Helvécio - Gilmar Machado - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 349ª reunião ordinária, A REALIZAR-SE EM 17/3/98

1ª Parte

1ª Fase - Expediente

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase - Grande Expediente

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.263/94, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Estadual de Medicina de Urgência e dá outras providências. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 da Resolução nº 5.065, de 1990.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e integralizar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária, com a Emenda nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 17/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência E Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.497 e 1.498/97, do Deputado Dilzon Melo; 1.429/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.406/97, do Deputado Paulo Piau; 1.372/97, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 836/96, do Deputado Jorge Hannas.

Requerimentos nºs 2.484/98, do Deputado Arnaldo Canarinho; 2.467/98, do Deputado Jorge Hannas; 2.487 a 2.489/98, do Deputado Marco Régis; 2.486/98, do Deputado Olinto Godinho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir representantes de diversas entidades, que debaterão o Projeto de Lei nº 547/95, que cria o Conselho Estadual do Idoso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Eduardo Luiz B. Barbosa, Secretário do Trabalho; Marcela G. A. Tirado, do Conselho Municipal do Idoso; Altair Gomes dos Santos, do COGIMIG; Wilma Araújo Ribeiro, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Projeto Terceira Idade; Hércules Vital B. Cristiano, do Centro de Apoio e Convivência da Terceira Idade; Edelvais Campos da Silva, da ANG-MG; Rita Félix Eugênio, da ABIMI; Maria Lúcia R. Dias, do CONART-MG; Eleonora Fernandes Rennó, da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Sérgio Vilela, Vice-Governador do Distrito LII do Lions Clube Internacional, e José Luís Quadros Magalhães.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.481/98, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.403/97, do Deputado Ibrahim Jacob.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.519/97, do Deputado Anderson Adauto; 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo; 1.594, 1.609 e 1.610/98, do Governador do Estado; 1.442/97, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 947/96, do Deputado Aílton Vilela; 1.439/97, do Deputado Ajalmar Silva; 1.405/97, do Deputado Paulo Piau; 1.162/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1.337 a 1.339/97, do Deputado Sebastião Costa.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.598/98, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.591/97, do Deputado Arnaldo Penna; 1.588/97, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.601/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.587/97, do Deputado Francisco Ramalho; 1.600/98, do Deputado Geraldo Rezende; 1.579/97, do Deputado José Maria Barros; 1.605 e 1.606/98, do Deputado José Militão; 1.607/98, do Deputado Leonídio Bouças; 1.582/97, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.575/97, do Deputado Toninho Zeitune; 1.599/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Transporte, COMUNICAÇÃO e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 18/3/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 17/3/98, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, e 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências; 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências; 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências; 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95; 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências; 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos de água e dos lagos de domínio estadual e dá outras providências; 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências; 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais, e 1.397/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que dá nova denominação à Secretaria de Estado da Justiça, altera dispositivos da Lei nº 9.516, de 30/12/87, e dá outras providências; e dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências, e 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e integralizar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.591

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ajalmar Silva, Anderson Aduato, Antônio Genaro e Geraldo Nascimento, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/98, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de março de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.593

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Sebastião Helvécio, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/98, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 16 de março de 1998.

Ambrósio Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Batista de Oliveira e Tarcísio Henriques, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/98, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os convidados que irão discutir a tragédia na Vila Barraginha.

Sala das Comissões, 16 de março de 1998.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.603

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Sebastião Costa, Ronaldo Vasconcellos e Tarcísio Henriques, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada em 18/3/98, às 15h45min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 16 de março de 1998.

Antônio Andrade, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, para falar sobre a ética na política; sobre este Poder, que constitui o pilar, o pé-direito, a coluna da democracia; sobre as próximas eleições e sentindo a urgência desse pronunciamento simples, mas veraz, é que uso esta tribuna.

Todos sabem que o momento por que estamos passando é de competição; mesmo que não queiramos, podemos perceber isso na atitude de alguns colegas, de alguns candidatos a uma cadeira nesta tão importante Casa, o Poder Legislativo, o máximo do Estado de Minas Gerais; conto com a paciência e a compreensão dos senhores para o que eu vou dizer.

O nosso País, a despeito do que muitos pensam, a despeito do que afirmam céticos, tem chance, porque somos uma Nação humilde, simples, mas abençoada por Deus, apesar de nossos pecados. Percebem com muita clareza aqueles que se dedicam a estudar o povo brasileiro que se trata de um povo misturado, mas que legou à humanidade uma raça inteligentíssima. Já disse de outras vezes, como antropólogo bíblico, que nossa Nação tem muita imaginação. A mistura do europeu com o negro e o índio sul-americano gerou uma raça campeã, cheia de imaginação. Vejam-se os destaques de brasileiros em todas as áreas da participação humana, não só nos esportes, não só na literatura, mas também na ciência. Temos campeões do mundo. Entretanto, ainda somos uma Nação do Terceiro Mundo, ainda somos considerados como o povo de maior índice de sofrimento da face da Terra pelo fato de que, na nossa cultura, existem práticas reprováveis por toda consciência honesta e séria, mas que, com o passar do tempo, tornaram-se tão crônicas, tão comuns, que, em nossos dias, raras são as pessoas que acreditam que o Brasil possa mudar. O fato é que as eleições de uma nação séria precisam realizar-se sem a influência de nenhum poder, como o poder econômico e o poder empresarial. Mas é fato. O que digo aqui pode ser provado por qualquer dos Deputados que militam na política: temos que enfrentar, muitas vezes, competição desleal, em que nos vimos competindo numa corrida até com os que vão a cavalo, talvez até pela falta de percepção de que há juizes e tribunais mais altos observando-nos, e de que os tesouros da iniquidade para nada se aproveitam.

No Norte de Minas, especificamente, constatei, com provas, a prática ilícita da compra de votos. Um candidato a Deputado, por exemplo, na cidade de Várzea da Palma, comprou, pagou e depositou na conta de Vereadores R\$10.000,00, para que o apoio fosse dado à sua pessoa. Testemunhos como esse não só envergonham o povo brasileiro como também adoecem o principal poder capaz de mudar, que é o poder político.

Srs. Deputados, certa feita, lembro-me de um companheiro nosso muito querido, Deputado Geraldo Rezende, quando disse, desta tribuna, que, se qualquer dos companheiros aqui eleitos dissesse que não teve o financiamento da sua campanha por empresários, estaria mentindo. A Constituição permite a aplicação e o financiamento de campanhas por interesses filosóficos do povo, mas a coisa era praticada de tal maneira que, dificilmente, a nossa mente poderia ser iluminada pela realidade e pela verdade, uma vez que o costume e a prática de se fazer prevalecerem os interesses dos financiadores tornaram-se necessários a tal ponto que mais interessados que o próprio político em ser eleito eram aqueles que financiavam as suas eleições.

Srs. Deputados, em nenhum momento eu teria a ousadia, a prepotência e a petulância de julgar quem quer que seja, mesmo porque a mudança de comportamento de um homem pode acontecer a qualquer momento, no instante em que ele for iluminado pela verdade. Mas tamanha foi a cauterização dessa prática que o Ministério Público e aqueles encarregados de fiscalizar as eleições ficavam quase que impotentes ante a prática nas eleições de nosso País. Desde o momento em que aqui cheguei, eleito por um segmento que crê na vocação política que Deus me deu, uma campanha simples e humilde em que gastamos não mais do que R\$25.000,00. Conseguimos, pela graça de Deus e pela fé daqueles que acreditaram em nosso ministério político, chegar a esta Casa.

Quando aqui cheguei, não vim sozinho, cheguei com o nosso Governador, pois minha casa votou em S. Exa., o Governador Eduardo Azeredo. Quero relatar um fato. Lembro-me e, como testemunha, invoco a Deus, que estava presente, e alguns dos Deputados e dos Vereadores - eu diria que a maioria da Câmara Municipal de Belo Horizonte estava nessa reunião na legislatura passada. Naquela época, nessa reunião que também teve a presença de Deputados governistas desta Casa, o então Governador, através de seus representantes nesta Casa, desejou formar um bloco de sustentação a seu governo, na Câmara Municipal da Capital mineira. Isso se deu pelo fato de que pretendia o Governador construir uma avenida Antônio Carlos sobre a que existe agora - o chamado "Minhocão" - bem como implementar o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT.

Todos reconhecemos que o trânsito na cidade de Belo Horizonte está um caos e que nada se faz há décadas, para melhorá-lo. A nossa Capital está cada vez mais inviável para quem possui carro.

Lembro-me que, naquela época, o colega disse que o Estado tinha tanto dinheiro que poderia construir uma outra Belo Horizonte sobre a atual. Naquele instante, os representantes do Governo nos disseram que se tratava de uma prática natural - como, de fato, é. Aos candidatos ou aos Vereadores que se afinassem com esse bloco de sustentação seria repassada subvenção de Cr\$15.000,00 para ser destinada a associações e entidades que sustentassem a eleição deles.

Lembro-me ainda que, naquele dia, levantei a mão, interrompendo o expositor, e disse: senhores representantes do Governador, digam a S. Exa. que este Vereador é radicalmente favorável e está totalmente convencido de que precisamos urgentemente dessas obras, mas que não aceitaria os Cr\$15.000,00 de subvenção, porque se não ficaria parecendo que a votação e o apoio deste Vereador que se empenhará na Câmara se daria pelo fato de ter podido participar desta distribuição da subvenção social para a realização de obras. Lembro-me também de que, naquela época, o Deputado que estava presidindo, assim como um outro Deputado me disseram que o Governador saberia da minha atitude.

Eleito, aqui chegando governista, sempre votei com o meu Governador, a não ser quando a minha consciência se confrontava com o projeto que aqui era apresentado. Assim foi por ocasião da votação do IPVA e dos aumentos das taxas e emolumentos, quando este Deputado disse que aquele projeto era inviável, porque iria inviabilizar que grande parte da população do Estado tivesse acesso à justiça.

Hoje vimos, não com alegria, mas com tristeza por não sermos ouvidos, que aquele projeto, votado e aprovado, volta agora para modificação, porque realmente é inviável. Mas o que me causa tristeza, senhores, é a desconsideração que o Executivo teve para com este Deputado, porque, no ano passado, prometidas foram ao nosso partido oito ambulâncias, e as distribuímos em cidades onde não existem tal transporte, em bairros altamente necessitados. Distribuímos, porque cremos na atuação e na importância da realização dessas obras. Terminei dizendo que foram suspensas sob a alegação de que este Deputado votou contra. Isso, se real, causa-me tristeza profunda, porque julgo que, no mínimo, S. Exa. não me considerou, pois, se julgava que votava nele em razão de finezas, se julgava que votava nele por causa das ambulâncias, houve desconsideração para com este Deputado. Deixo esta tribuna ainda meditando, sem, porém, chegar a uma conclusão sobre o que representa o Governador para mim. Queira Deus que nunca represente o mal e que nunca representemos isso para ele. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, membros da imprensa, vamos abordar alguns temas de suma importância para este Legislativo, além de comentar alguns aspectos relacionados com a conjuntura nacional e estadual dentro desse breve espaço de tempo que nos é permitido pelo Regimento Interno.

Em primeiro lugar, eu não gostaria de abordar um assunto que pertence, que compete ao PMDB, isto é, a convenção que foi realizada. No entanto, não posso deixar de tecer alguns comentários sobre os fatos ocorridos. O método utilizado por Fernando Henrique realmente nos entristece. Conforme nossa análise, o PMDB, que contava com pelo menos dois candidatos de alto nível, como o ex-Presidente Itamar Franco e o Senador Roberto Requião, não teve a preocupação fundamental de fazer valer a sua condição, em termos de representatividade, de maior partido do País.

As nossas críticas são dirigidas ao Presidente Fernando Henrique, que procurou cooptar de todas as formas, utilizando o poder a qualquer preço, usando mesmo o aliciamento mais baixo e vil de convencionais mediante troca de favores. Que nos perdoem os companheiros do PMDB, pois tenho a certeza de que não irão compactuar com a farsa desenvolvida no domingo. Que nos perdoem os peemedebistas que ainda se valem da ética e de ideais nobres como método na política. A realidade, porém, é trágica. Quando o mais baixo fisiologismo contamina personalidades como um Ministro da Justiça ou o Presidente da Câmara - que ontem estava eufórico, num programa de televisão, como se tivesse acontecido uma grande vitória para o seu partido -, é porque está na hora de repensarmos conceitos políticos e modelos institucionais. Isso é de fato infidelidade partidária. Fernando Henrique está empenhado na reeleição, mas, em virtude dos métodos por ele utilizados, podemos concluir que sua intenção é tornar-se imperador do Brasil. Ele não quer adversários, ele não quer democracia, que agora ficou prejudicada.

Ele quer ser o nosso imperador. Venceu a convenção do PMDB, mas o processo foi obscuro. Perdeu-se o processo democrático. Dessa forma, lamentamos e conclamamos os bravos companheiros do PMDB para que façam a reversão. Pelo que sabemos, é possível fazer a reversão até junho. E aqueles que têm sede de poder, aqueles que querem as benesses do poder, aqueles que não querem nunca ficar longe das vantagens realmente são os grandes fisiologistas que têm de procurar partidos fisiológicos. Com toda a certeza, o PMDB - pelo menos a maior parte - é um partido histórico, sério. Por isso, conclamo os companheiros, para que mudem esse quadro.

Quero também fazer um comentário a respeito de algumas situações que vêm ocorrendo no Estado de Minas Gerais. O Governo Estadual tem feito uso abusivo de propaganda. Não temos tido acesso à quantia despendida com publicidade. Podemos ver somente seus efeitos, como essa propaganda maciça com o PROSAM. Quero saudar a liminar que suspendeu aquela "novelinha" ridícula do PROSAM, aquela propaganda eleitoral que, além de tudo, poderia ser denunciada como propaganda enganosa, pois não corresponde à inteira verdade.

Queremos nos congratular com o Ministério Público, especialmente na pessoa do Dr. Rômulo Ferraz, que mais uma vez agiu em defesa do patrimônio público deste Estado. Garantido pela Constituição, Azeredo tem o direito de ser candidato à reeleição. Não lhe é permitido, porém, abusar do dinheiro público para conquistar seus intentos.

Nós também entramos com alguns requerimentos que gostaríamos que fossem aprovados. O primeiro é no sentido de fiscalizar o uso do dinheiro do povo mineiro. Entramos, agora, com um requerimento exigindo do Governo informações diversas, tais como as verbas repassadas pela Secretaria de Assuntos Municipais - SEAM - em convênio com o PADEM e com o Pró-Comunidade. De acordo com os dados de que disponho, foram gastos R\$70.000.000,00 de verba pública, nos últimos três anos, para a panfletagem de políticos. Queremos ter acesso a todos esses convênios, a fim de verificarmos se realmente foram efetivados esses objetivos, e se eles estão minimamente ligados à atribuição do Estado, considerando, inclusive, a escassez de recursos pela qual passamos.

Através do outro requerimento, pedimos informações sobre o Programa de Mobilização de Comunidades, executado pelo SERVAS, em parceria com o Estado. Tudo indica que se trata de mais um braço do fisiologismo político e do clientelismo eleitoral, que se encontram fortemente instalados pelos salões do Palácio da Liberdade.

Agora, abordo o assunto mais inusitado, sobre o qual eu gostaria que houvesse alguma reflexão. Não é muita novidade para quem lê o "Minas Gerais", mas o fato é interessante. Vejam o que o Estado gasta nos outros Estados. Eu não sabia disso. Os escritórios de representação em Brasília, Capital Federal, em São Paulo e no Rio de Janeiro são outros órgãos que nos causam severas dúvidas. São 50 servidores públicos prestando serviços nesses órgãos, com uma média salarial bem acima daquela que o Estado paga aos seus funcionários. E esses três escritórios - Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo - gastam aproximadamente R\$150.000,00. É um gasto superior, por exemplo, ao de secretarias como as de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, próximo aos gastos das Secretarias de Habitação e de Indústria e Comércio. Agora pergunto: o que fazem esses órgãos? Estou certo de que a maioria da população não sabe da existência dessas representações. Quem são os servidores deslocados para tais localidades? O que faz, por exemplo, um Regente de Ensino deslocado para o escritório de representação de Brasília? Gostaria de saber. A situação é tão absurda que o tempo é pouco para os devidos comentários.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Deputado Marcos Helênio, entendo que V. Exa. está coberto de razão. Está certo em fiscalizar, olhar, mas fico aqui pensando por que a Liderança do PSDB nesta Casa não vem responder, questionar a sua argumentação.

Precisamos de um debate mais claro. Não adianta V. Exa. subir à tribuna, falar e ficar sem resposta. Esta Casa, por ser um ano eleitoral, com certeza teria que ter um Líder do Governo Eduardo Azeredo discutindo com V. Exa., mostrando a contrapartida.

Quando V. Exa. fala da propaganda do PROSAM, é justo, mas há muito mineiro já escrevendo até mesmo para a Secretaria de Comunicação, perguntando se quem criou a novelinha pode colocar sinopse no jornal do capítulo final, porque todos já deduziram. Agora, se tivéssemos um capítulo de final feliz da Pampulha... Mas estou torcendo para ver o capítulo final...

E quando se fala em publicidade, gostaria de relembrar mais uma vez que fui Vereador em Belo Horizonte com Patrus Ananias. E nunca se gastou tanto com publicidade como no seu partido. Se V. Exa. está criticando hoje, há três anos fazíamos essa crítica na Câmara Municipal. Agora, para facilitar o seu raciocínio, trarei aqui o que era gasto naquela época com publicidade - era mais do que se gastava com publicidade no Governo do Estado.

Quem tem que falar sobre isso aqui não sou eu, mas o Líder do Governo na Assembléia. E pode ter certeza de que o partido de V. Exa. também sabe gastar, como gasta o PSDB com publicidade e propaganda.

O Deputado Marcos Helênio - Agradeço o aparte do Deputado Alencar da Silveira Júnior, lembrando sempre que esse é o papel do legislador. V. Exa. disse que quando era Vereador fazia as devidas denúncias. Nós, além de fazermos as denúncias, as levamos aos órgãos responsáveis, como o Ministério Público, porque a denúncia não pode ser vazia. A denúncia tem que ser conseqüente, tem que ter conteúdo, provas. Não adianta qualquer Deputado aqui falar mal, porque não gosta ou não tem simpatia. Quando há fundamento, ele tem que chegar e dizer, como é o caso agora. Temos que dizer desse gasto de R\$150.000,00 com três escritórios - Brasília, Rio e São Paulo.

Fico pensando: Brasília, tudo corre por ali; no Rio de Janeiro, será que eles trabalham de bermuda? São ligados às questões ambientais, do clima? No Rio não dá para entender. Ou acham que no Rio predomina a Velha República, por isso existe esse escritório? Sobre esses outros gastos queremos saber, esses R\$70.000.000,00 foram distribuídos a políticos nos últimos três anos pela Secretaria de Assuntos Municipais.

Também estou entrando com um requerimento para saber do Secretário de Assuntos Municipais quais os gastos e para que ele explique esses convênios firmados nos últimos três anos a respeito dos escritórios no Rio de Janeiro, em São Paulo e Brasília, sobre o PADEM e sobre esse programa de mobilização de comunidades do SERVAS. Acho que é esse o nosso papel.

Por último, foi-me solicitado apresentar - e já não é questão dos Governos Federal e Estadual, mas da Polícia Federal - um problema de falsificação, pois achavam que eu ainda era o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, como fui durante seis anos. É uma denúncia sobre uma cooperativa de Guaxupé, a Cooperlar Supermercados, que está falsificando a cerveja Antarctica, colocando-lhe um rótulo e vendendo-a como se fosse importada, americana, de boa qualidade. Ela colocou os adesivos chamando a atenção dos consumidores e a está vendendo a R\$1,96, quando uma latinha custa R\$0,65. Achei que esse assunto também merecia atenção e, por isso, vou levá-lo para a Comissão de Defesa do Consumidor, acreditando que serão tomadas providências.

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa; ocupamos a tribuna nesta tarde, mais uma vez e, como vínhamos afirmando desde a semana passada, voltaremos várias vezes, para cobrar do Governo do Estado o acerto com o funcionalismo. Não podemos continuar passivos. Vamos ficar falando todos os dias, se for preciso, pois não é possível o Governo continuar desrespeitando o funcionalismo.

O décimo-terceiro, mais uma vez, está atrasado, o Governo continua empurrando, e ninguém consegue saber quando vai receber o restante. São normais os atrasos nos salários e mudanças nas escalas. E agora, na Assembléia, os servidores estão passando pelas mesmas dificuldades. Se atrasam um dia o pagamento das contas, pagam juros, multas, mas o Governo não faz nada. Para ele, é tranquilo, porque, inclusive, a multa de algumas contas públicas quem recebe é ele próprio. Entendemos que isso não pode continuar.

Queríamos também abordar um outro tema. Gostaríamos muito que o Líder do Governo e do PSDB estivesse aqui, para que pudéssemos travar um debate. Estive, outro dia, discutindo a necessidade de o Governo informar, já que, segundo ele, está com problemas de caixa para pagar os servidores, quanto está gastando, de fato, com propaganda. E fiz referência ao balanço do Estado. Mas li uma matéria, outro dia, no jornal "Estado de Minas", em que o Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira, disse que eu estava sem discurso e era um demagogo, já que não precisava encaminhar requerimento para obter informações, visto que, como parlamentar, na hora que quisesse, eu as teria.

Na quinta-feira passada, à tarde, o próprio Líder do Governo, que disse que eu era um demagogo porque queria informações e, segundo ele, eu as teria na hora que quisesse, rejeitou, junto com a bancada governista, o meu pedido de informações a respeito dos gastos do Governo com publicidade.

Aí eu pergunto, Deputado Pérciles Ferreira: por que o Governador Eduardo Azeredo tem medo de dizer quanto é que ele está gastando em publicidade? Vamos ver quanto é que está custando a novelinha do PROSAM. Fizemos um levantamento de custo para uma publicidade de 30 segundos, nos principais veículos de comunicação de Belo Horizonte. Só na Rede Globo, o Governo de Minas está gastando R\$92.560,00 por semana. Isso só com a novelinha do PROSAM. Além disso, nos outros canais, com a mesma novelinha, o Governo está gastando mais R\$78.000,00 por semana, sem contar as outras propagandas. Levantando o custo das outras propagandas, o Governador de Minas está gastando, por semana, em publicidade mais de R\$280.000,00.

O Governador usa o dinheiro do 13º salário dos servidores, que está atrasado, e precisa de mais R\$1.000.000,00, mais ou menos, para efetuar esse pagamento. Com a publicidade de três semanas, ele conseguiria resolver o problema do 13º salário dos servidores. Bastaria diminuir as propagandas. Não seria necessário que todas fossem cortadas. Eu pergunto e gostaria que o Líder do PSDB me respondesse: por que rejeitar o pedido de informações? Por que o PSDB tem medo desse debate? Por que o Governador Eduardo Azeredo manda sua liderança aqui votar contra o pedido de informações?

Mas entrei com o requerimento novamente. Eles vão ter que continuar rejeitando meus requerimentos porque eu continuarei pedindo informações. Não iremos ficar quietos aqui, não. O povo de Minas precisa saber que o Governador Eduardo Azeredo está derramando o dinheiro do Estado, gastando tudo em publicidade e não tem dinheiro para pagar o salário dos funcionários. O salário dos funcionários da Assembléia Legislativa está atrasado, assim como o de outros servidores do Estado. Não iremos ficar calados aqui, assistindo a esse disparate. Depois ele vem fazer discurso, dizer que não tem recursos. Então vamos discutir isso aqui.

Gostaria que o Líder do Governo estivesse aqui para me contestar, dizendo que meus números estão errados. Assim, poderíamos ir às redações dos jornais para conferir os custos, para saber se eles conferem ou não. Mas eles não têm coragem de fazer isso, porque não possuem os números. Eles não têm informação. E nós, quando falamos, pegamos todas as informações e os dados que saem publicados nos órgãos oficiais do Estado. Felizmente, a justiça eleitoral mandou cassar uma parte dessa publicidade. Esperamos que o Governo não jogue essa economia em outra coisa e que assuma seus compromissos, pagando corretamente os servidores públicos, que são eficientes e que têm feito um grande trabalho pelo Estado.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Gilmar Machado, V. Exa. tem se posicionado sempre, dessa tribuna, de uma forma coerente, na sua função de oposição, desde que chegou aqui. Algumas vezes nós debatemos. Talvez ainda iremos debater, porque esta Casa tem que ser livre para pensar. Entretanto, aparteio V. Exa. para parabenizá-lo por isso. Não é possível que se vote contra uma prestação de contas do Executivo, de maneira alguma, porque esta Casa tem a função ministerial, na democracia, de fiscalizar o Executivo. Esta Casa representa o povo em todos os seus segmentos.

E é preciso fiscalizar mesmo, Excelência. É preciso fiscalizar porque este Estado já teve dinheiro para construir uma capital sobre a outra. Para onde foi o dinheiro? É preciso fiscalizar, porque se privatizou a Vale do Rio Doce, e onde está o dinheiro? É preciso fiscalizar, porque os impostos passaram nesta Casa, para sugar mais o povo, sem que se desse a motivação ao Executivo para voltar suas vistas para outras fontes de arrecadação como, por exemplo, a sonegação e o contrabando em nosso Estado.

Mas votou-se, e onde está o dinheiro arrecadado? Certo é que as políticas, ou talvez o estereótipo do PSDB seja esse. As campanhas, os recursos oriundos do Palácio, tanto do Planalto quanto das Mangabeiras, têm provado o contrário. V. Exa. está de parabéns e pode contar com este Deputado como sempre contou, mesmo antes, quando se tratava de prestação de contas. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço ao Deputado Raul Lima Neto. Gostaria de dizer que ele colocou um ponto fundamental. Com relação ao aumento de impostos votado aqui, no final do ano, a respeito do qual nos posicionamos contra, apenas com relação à taxa referente aos carros com mais de 15 anos, o Governo arrecadou R\$82.000.000,00 a mais nesses dois primeiros meses. Isso sem contar o outro aumento do IPVA. Portanto, gostaríamos de continuar insistindo aqui que queremos transparência, pois é o que está faltando neste Governo. Pergunto ao Líder do Governo: por que o medo de pedir informações? O requerimento era apenas para isso: pedir informações. Infelizmente, esta Casa o rejeitou. Porém, iremos voltar com ele para solicitar esses dados.

Para encerrar, gostaríamos, em nome da Bancada do PT, de externar a nossa posição com relação aos fatos ocorridos na convenção do PMDB. Estaremos fazendo isso com maior clareza após diálogo com o nosso candidato ao Governo, o ex-Prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias. O PMDB é um partido histórico neste País, de lutas memoráveis, com o qual convivemos e caminhamos juntos, como na ocasião das Diretas Já e do "impeachment". Entretanto, vimos, no domingo, cenas lastimáveis. Não compete a nós, de outro partido, esse tipo de comentário acerca de episódios diretamente ligados ao partido, pois eles sabem resolver seus problemas, mas lamentamos que, pela primeira vez na história deste País, o Presidente da República tenha interferido na convenção de um partido da forma como aconteceu no domingo. Nem durante o regime militar os Presidentes ousaram interferir nas convenções do antigo MDB. Ficamos realmente estarrecidos e preocupados, porque essa é uma ameaça à democracia. O Governo participou da convenção e compartilhou da contratação de pessoas que lá estavam para achincalhar o ex-Presidente da República. Temos nossas divergências com o ex-Presidente Itamar Franco, mas não concordamos com a forma como ele foi achincalhado por pessoas contratadas, inclusive por pessoas ligadas ao Ministério da Justiça. Consideramos esse um fato extremamente grave. Há necessidade de a situação ser reavaliada. Quando viemos a esta tribuna dizer que o nosso candidato ao Governo, Patrus Ananias, estaria desenvolvendo um processo de campanha, deixamos claro que faremos uma campanha para o Governo do Estado e para o Governo Federal pautada por projetos e propostas claras e objetivos, nunca atingindo e atacando os indivíduos, pois é inadmissível o que fez o Líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho: atingir a pessoa do ex-Presidente Itamar Franco, dizendo que ele é conhecido, em Minas Gerais, como Shirley, numa forma debochada e desrespeitosa para com o ex-Presidente. Não podemos concordar com isso; queremos externar a nossa solidariedade, dizendo que não será dessa forma que iremos construir um processo eleitoral sério neste País. Se não rebatermos essa situação agora, com seriedade, se os partidos não tiverem tranquilidade e liderança para fazermos uma campanha pautada em projetos e propostas, teremos uma campanha eleitoral de baixíssimo nível, que, mais uma vez, poderá levar os partidos a uma desmoralização ainda maior. Precisamos resgatar esse processo. Nós, mineiros, que sempre pautamos nossas ações por nossa capacidade política, desde a época da Inconfidência Mineira, não podemos assistir passivos a essa forma de fazer campanha mesquinha, baixa, de ataques pessoais. Não podemos concordar com essa fórmula, porque hoje é contra o ex-Presidente, amanhã será contra o companheiro Lula, que já sofreu na pele esse tipo de campanha, quando, em 1989, o ex-Presidente Collor colocou na televisão cenas tentando denegrir a sua imagem, tentando destruir a sua família. Não podemos concordar com esse tipo de campanha. Essa não é a forma com a qual o PT sabe trabalhar, essa não é a nossa maneira de atuar. Esperamos que, de fato, haja uma mudança de postura e que as pessoas reflitam sobre o que houve no domingo. Que o Presidente Fernando Henrique possa reavaliar isso - ele pode depois até ganhar, o que não acreditamos -, mas vai ficar uma mancha sobre o processo e, acima de tudo, sobre o próximo governo. Vamos ter problemas nas reestruturações partidárias. Gostaríamos de encerrar dizendo que esperamos um novo processo e nós, do PT, reafirmamos: Patrus Ananias é o nosso candidato, não adianta vir com especulações de que Itamar agora vem para o Governo de Minas. Que venha fazer a disputa, o processo democrático correto que todos podem fazer, mas nós, do PT, temos um candidato que se chama Patrus Ananias, cujo nome cresce nas pesquisas. Quem viu as pesquisas desse final de semana pôde conferir: de 9%, já está com 17%, e, quando Itamar entra, tem 15%. Vamos para o 2º turno e vamos fazer uma campanha para recuperar e valorizar a história e a tradição de Minas. Um governo ético e transparente, sem escamotear, sem fingimento, sem ataques ao funcionalismo público e, acima de tudo, sem que os Deputados possam vetar pedidos de informações, como foi feito pela Bancada do PSDB, que está com medo de informar quanto o Governo está gastando com publicidade. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, caros colegas; ocupamos hoje a tribuna para falar sobre um assunto que, tradicionalmente, só é lembrado com maior atenção nos dias próximos à data de 8 de março: a situação da mulher na sociedade. Nesse período, divulgam-se estatísticas a respeito da condição da mulher, promovem-se solenidades, buscam-se ângulos novos para a abordagem do tema.

Os meios de comunicação, por sua própria natureza, se nutrem de novidades. Cultivam a preocupação de não serem repetitivos, de oferecer ao público informações ou reportagens que, pelo ineditismo, possam despertar interesse. E nisso, às vezes, correm o risco de privilegiar o inusitado em detrimento da essência de determinadas questões. É o que podemos perceber, com certa frequência, em relação ao Dia Internacional da Mulher.

Em edição recente, uma revista de circulação nacional dedicou ao assunto sua matéria de capa. O título de chamada é provocativo: "Os homens que se cuidem". Abaixo, em letras menores, vem o subtítulo explicativo: "As mulheres estão avançando sobre os melhores cargos". Na ilustração, uma executiva, de costas, focalizada apenas dos pés à cintura, ocupa verticalmente toda a extensão da página. À sua frente, diminuto, um atônito representante do sexo masculino expressa sua apreensão diante do perigo ou do inimigo: aquela que vem tomar seu lugar no mercado de trabalho.

O texto interno da revista confirma a expectativa gerada pela capa. Fundamenta-se em casos de mulheres bem-sucedidas no cenário brasileiro, como a dirigente de uma grande empresa da área siderúrgica que tem sob seu comando 12.500 empregados, a maioria homens, e recebe salário de R\$800.000,00 por ano; uma engenheira de apenas 27 anos que já é Diretora de multinacional do setor de informática; uma piloto que comanda um 737 de uma grande companhia de aviação e uma secretária que, mesmo aos quatro meses de gravidez,

foi contratada sem qualquer problema, por uma empresa de consultoria.

Embalado pelo tom da reportagem, o leitor menos crítico e menos informado pode ser induzido a uma interpretação equivocada de nossa realidade. Não podemos nos esquecer de que, para cada executiva que chega a um posto de direção, com salário de Primeiro Mundo, existem milhões de brasileiras desempregadas, subempregadas ou sujeitas a condições aviltantes de trabalho; de que, se um número reduzido de mulheres passa a exercer atividades antes de domínio exclusivo dos homens, é ainda imensa a quantidade daquelas completamente marginalizadas do processo social e produtivo; e de que, se algumas conseguem um eventual contrato durante o período de gestação, a grande maioria continua a ter na maternidade um arraigado empecilho ao emprego.

Não nos negamos a enxergar as conquistas femininas nos campos socioeconômico e político. Reconhecemos os avanços alcançados nos últimos tempos e esperamos que eles sejam cada vez maiores.

Contudo, no âmbito geral, as conquistas são tímidas, e os casos de sucesso ou de plena realização, como os citados pela revista, são exceções, num contexto em que as mulheres ainda permanecem em segundo plano no exercício da cidadania.

Senão, vejamos alguns dados e situações reveladoras da condição feminina. No mercado de trabalho brasileiro, a remuneração média da mulher não passa muito da metade do que percebem os homens; o acesso aos melhores cargos é raro, reservando-se para ela grande parte das funções secundárias; a mulher é também maioria entre a legião de desempregados. Acrescente-se, como regra, a quase sempre inevitável dupla jornada, pela qual ela se desdobra nas tarefas domésticas, geralmente não reconhecidas como trabalho.

No campo político, a representação feminina ainda está longe de corresponder ao equilíbrio do universo eleitoral, que se divide ao meio entre homens e mulheres. Em Minas, por exemplo, para 853 municípios, temos apenas 37 Prefeitas. Nas Câmaras Municipais, a proporção é pouco maior.

Aqui mesmo nesta Casa, podemos verificar uma enorme desigualdade: contamos com três Deputadas entre as 77 cadeiras do Legislativo.

Poderíamos falar também de outros aspectos da condição da mulher na sociedade brasileira, como sua presença predominante no contingente de analfabetos e entre a população que vive na pobreza absoluta; a precária assistência que lhe é dada pelo sistema público de saúde ou, ainda, as várias formas de violência a que é submetida, violência que se mantém em níveis elevados - e vergonhosos - nas estatísticas das delegacias especializadas.

É oportuno lembrar, a propósito, que em várias partes do mundo a opressão contra as mulheres continua a ser cultivada segundo valores e costumes medievais. Basta citar as severas punições que lhes são aplicadas, por qualquer aceno de libertação, em diversos países do Oriente e o cruel ritual de mutilação dos órgãos genitais, praticado ainda em dezenas de nações africanas.

Voltando à cena brasileira, não podemos nos esquecer de que a dura realidade feminina decorre não apenas dos preconceitos, da mentalidade machista e de outras distorções culturais. É fruto também - é preciso que se diga - do modelo neoliberal que se quer implantar a todo custo no País. A crescente incorporação das mulheres ao segmento mais pobre da população, a falta de equipamentos sociais para atender às gestantes e às crianças e o grande número de mães adolescentes impedidas de se capacitarem como profissionais são conseqüência, em boa parte, dos princípios que orientam as ações do Governo Federal.

O que percebemos, na prática política do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma tendência cada vez mais clara de retirar do Estado a responsabilidade pela garantia dos direitos fundamentais, de transferir para a sociedade civil a tarefa de encontrar soluções para os graves problemas de subdesenvolvimento que ainda nos afetam - como os ligados à saúde, à educação, ao emprego e salário dignos, enfim, aos pré-requisitos indispensáveis à cidadania.

Por trás do discurso da modernização e da estabilidade econômica, o que vem prevalecendo no Brasil é a manutenção das desigualdades entre ricos e pobres, o favorecimento ao grupo minoritário que concentra o dinheiro e o poder, o desmantelamento dos serviços públicos, a dependência dos interesses externos, a submissão às regras do capital especulativo.

Ao refletirmos sobre o Dia Internacional da Mulher, que foi comemorado domingo, 8 de março, devemos, sim, reafirmar todas as condições que revelam os preconceitos e as discriminações que envolvem o universo feminino, mas devemos também colocar em discussão as causas estruturais que contribuem para manter as distorções e as injustiças a que nos referimos. São essas causas que, em grande medida, alargam o fosso entre os que têm tudo e podem tudo e os que não têm quase nada ou podem muito pouco, sejam homens ou mulheres. E são essas mesmas causas que se transformam em agente corrosivo de um dos valores fundamentais para qualquer povo: a solidariedade.

Portanto, abaixo as desigualdades de gênero. E abaixo também toda forma de opressão, de engodo e de exploração do ser humano, camuflada pela propaganda ilusória da globalização, do capital externo e do neoliberalismo.

Já imaginaram, Sr. Presidente, meus companheiros nobres Deputados, se tivéssemos mais de três cadeiras ocupadas por companheiras? Já imaginaram, pela sensibilidade feminina, a grandeza que teriam as decisões difíceis desta Casa, que exigem muito cuidado e zelo, como as que se relacionam com o Estado de Minas Gerais? Muito desemprego, surto de dengue e ambulâncias sendo distribuídas a torto e a direito para comprar voto de eleitores.

Aproveito também a oportunidade para fazer menção à convenção do PMDB. Sei que não temos nada a ver com isso, mas o que aconteceu domingo, na convenção do PMDB, afetou em parte as condições do PT em Minas. Já imaginaram se esse fato a que estou fazendo menção ocorresse em uma convenção do PT? Já imaginaram o tamanho da implosão que causaria dentro da agremiação chamada PT? O PT seria implodido e não teria condições de estar pedindo votos a toda a sociedade brasileira para Lula e para Patrus Ananias.

Meu muito obrigado, caro Presidente, meu muito obrigado, caros colegas. Saudações.